



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

ANE BIATRIZ ALVES LIMA

**TRABALHO FEMININO NO MEDIEVO:
labores e ofícios das mulheres na Baixa Idade Média**

GUARABIRA – PB

2022

ANE BIATRIZ ALVES LIMA

**TRABALHO FEMININO NO MEDIEVO:
labores e ofícios das mulheres na Baixa Idade Média**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito parcial à obtenção do título de graduada em História.

Área de concentração: História Medieval

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Alômia Abrantes da Silva

GUARABIRA – PB

2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L156T Lima, Ane Biatriz Alves.

Trabalho feminino no medievo [manuscrito] : labores e ofícios das mulheres na Baixa Idade Média / Ane Biatriz Alves Lima. - 2022.

26 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2022.

"Orientação : Profa. Dra. Alômia Abrantes da Silva ,
Coordenação do Curso de História - CH."

1. Trabalho Feminino. 2. Mulheres. 3. Idade Média. I.

Título

21. ed. CDD 306.7

ANE BIATRIZ ALVES LIMA

TRABALHO FEMININO NO MEDIEVO:

labores e ofícios das mulheres na Baixa Idade Média

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito parcial à obtenção do título de graduada em História.

Área de concentração: História Medieval

Aprovada em: 13/07/2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dr^ª. Alômia Abrantes da Silva (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof^ª. Dr^ª. Joedna Reis de Meneses (1^ª Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof^ª. Dr^ª. Luciana Calissi (2^ª Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

À minha mãe e ao meu pai, por me possibilitarem estudar e chegar até aqui, e ao meu noivo, pelo imenso apoio durante toda a minha trajetória no curso, DEDICO.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	8
2.	O TRABALHO NA IDADE MÉDIA	10
3.	CONDIÇÃO SOCIAL DAS MULHERES NO BAIXO MEDIEVO: alguns aspectos	12
4.	O TRABALHO DAS MULHERES NA IDADE MÉDIA	15
4.1.	CAMPONESAS, ARTESÃS E COMERCIANTES	15
4.2.	PROSTITUTAS: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UM OFÍCIO.....	19
4.3.	A INTELLECTUALIDADE E A ESCRITA COMO OFÍCIO DAS MULHERES.	21
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
	REFERÊNCIAS	27

TRABALHO FEMININO NO MEDIEVO:

labores e ofícios das mulheres na Baixa Idade Média

Ane Biatriz Alves Lima¹

RESUMO

Este trabalho apresenta algumas das diversas atividades laborais exercidas pelas mulheres na Idade Média, dando ênfase às camponesas, artesãs, comerciantes, prostitutas e intelectuais, ressaltando a sua importância para o funcionamento da sociedade, sobretudo no aspecto socioeconômico. A partir disso, destaca e discute as formas pelas quais elas conseguiram, apesar de muitas limitações e tentativas de silenciamento, alcançar autonomia ou mesmo, muitas vezes, ocupar espaços culturalmente reservados aos homens. Para tal finalidade, percorre uma bibliografia especializada no campo da história das mulheres e dos estudos medievais, destacando as contribuições de autores como Robert Fossier, José Rivair Macedo, Daniela Calainho, Franco Junior, Jacques Rossiaud, Liev Troch, Claudia Brochado, Luciana Deplagne, entre outros/as.

Palavras-chave: Trabalho feminino. Mulheres. Idade Média.

ABSTRACT

This work presents some of the various work activities performed by women in the Middle Ages, emphasizing peasants, artisans, merchants, prostitutes and intellectuals, emphasizing their importance for the functioning of society, especially in the socioeconomic aspect. From this, it highlights and discusses the ways in which they managed, despite many limitations and attempts to silence them, to achieve autonomy or even, many times, to occupy spaces culturally reserved for men. To this end, it covers a specialized bibliography in the field of women's history and medieval studies, highlighting the contributions of authors such as Robert Fossier, José Rivair Macedo, Daniela Calainho, Franco Junior, Jacques Rossiaud, Liev Troch, Claudia Brochado, Luciana Deplagne, among others.

Keywords: Female work. Women. Middle Ages.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho feminino na Baixa Idade Média (séculos XI-XV), objeto de estudo deste artigo, embora fosse prática comum e cotidiana – em que muitas mulheres desempenhavam atividades laborais diversas, simultaneamente àquelas tradicionalmente ligadas às lides domésticas – por muito tempo não foi lembrado ou devidamente registrado pela historiografia, sendo invisibilizadas as atuações femininas também neste âmbito.

Os estudos acerca do trabalho das mulheres na Idade Média ainda hoje são escassos se comparados aos estudos de outras questões acerca das mulheres medievais (MACEDO, 1999); ou seja, o trabalho feminino no período medieval permanece pouco conhecido e comentado, sendo que ainda o que prevalece sobre essa época, majoritariamente, são as imagens das mulheres como alvo da opressão pelos homens. Ainda que isto seja inegável, é necessário lembrar que elas foram mais que o alvo destes. Ou melhor, apesar da hegemonia masculina no medievo e das interdições sofridas, as mulheres constituíram e participaram ativamente da dinâmica da sociedade medieval, em especial do setor econômico (TROCH, 2013).

Mobilizada por essa reflexão, escolhi pesquisar e discutir acerca dessa questão não apenas por desejar conhecer melhor acerca do trabalho feminino, mas também pela relevante presença das mulheres durante todo o período medieval nos diferentes âmbitos da vida social e econômica. Procuo então fazer neste artigo um levantamento de variadas ocupações laborais por elas realizadas durante o medievo, fossem apenas consideradas como labor, ou seja, como atividades árduas e ordinárias, ou ofícios, como as de um caráter mais especializado ou de habilidade própria, mais particularmente no cenário da Baixa Idade Média da Europa Ocidental, buscando assim contribuir com um olhar que visibiliza a importância histórica do trabalho das mulheres.

Assim, procuro aqui responder as questões: em que atividades de trabalho encontravam-se as mulheres nesse período? Como eram em sociedade designadas, valorizadas ou não suas funções? Para tal, recorro a uma pesquisa de caráter bibliográfico, com base na história das mulheres e do período medieval, buscando sistematizar e refletir sobre tais questões e suas possíveis

respostas; referências historiográficas que, ainda quando não recortadas especialmente no tema específico, trazem menções ou compreensões sobre o trabalho das mulheres no período estudado.

É preciso de antemão dizer que ao discorrer sobre as mulheres da Idade Média não é possível seguir uma linha reta, nem pensar nelas como homogêneas, como se todas possuíssem as mesmas condições e oportunidades. Elas pertenciam a classes e grupos sociais distintos, logo, isso afetava a sua condição socioeconômica, cultural, e conseqüentemente as atividades profissionais que poderiam ou deveriam desempenhar. A situação de uma aristocrata, de uma mulher da burguesia, de uma artesã, uma camponesa livre, uma serva, diferenciam-se entre si em muitos e particulares aspectos (MACEDO, 1999) que, na medida do possível, procuro aqui considerar.

A divisão e desigualdade social é bastante hierarquizada nesse período histórico. A camada social mais abastada, a nobreza, determinava os padrões da sociedade; no extremo oposto, os mais pobres lutavam pela sua subsistência na vida por diversos meios (ALVES, 2019). Cabe ressaltar aqui que a Igreja Cristã, pela sua forte influência nos vários âmbitos da sociedade medieval, compreendia e defendia a ideia de uma sociedade tripartite, formada por três ordens sociais. Segundo esse ideal, a humanidade formava um só povo de Deus, que os criou e os colocou cada um no seu devido lugar: *oratores, belatores e laboratores* – clérigos, guerreiros e camponeses –, com uma função determinada. Com o avanço da economia feudal, agrega-se, também, os comerciantes, porém compreendidos entre os *laboratores* (Calainho, 2014).

Para compreender melhor as especificidades desse contexto, sob o prisma que visibiliza o trabalho das mulheres, especialmente na chamada Baixa Idade Média, organizo a discussão nas partes que seguem: na primeira, trato da questão do trabalho medieval, para em seguida observar melhor as mulheres dentro desse contexto; só então, na quarta parte deste artigo, passo a sistematizar a discussão sobre o trabalho feminino em diferentes âmbitos, com destaque para o trabalho das camponesas, artesãs, comerciantes, prostitutas e intelectuais.

2 O TRABALHO NA IDADE MÉDIA

Assim como explicado anteriormente, o objetivo deste artigo é discutir o trabalho das mulheres na Idade Média, mais especificamente na Baixa Idade Média, “que teve lugar na Europa do Ocidente entre os séculos XI e XIV” (CALAINHO, 2014, p. 50). Adoto aqui essa periodização, mas é importante pontuar que alguns historiadores, no entanto, remetem a outra cronologia. Hilário Franco Júnior (2001), por exemplo, nomeia a Baixa Idade Média entre o século XIV e meados do século XVI –, considerando o enfraquecimento do sistema feudal e a transição para o mercantilismo, quando o trabalho passava a ser assalariado e não mais servil, chamando a fase anterior de Idade Média Central.

Sabe-se que, assim como diz Marc Bloch (1944, p. 64), o historiador, por definição, está na impossibilidade de ele próprio constatar os fatos que estuda: “Estamos, a esse respeito, na situação do investigador que se esforça para reconstruir um crime ao qual não assistiu”; em vista disso, inicialmente, passo a uma breve abordagem sobre o trabalho no medievo e, em sequência, acerca do trabalho das mulheres, conforme as referências bibliográficas que encontrei sobre esse tema.

De partida, é importante colocar que o trabalho no período medieval pode ser definido, pelo menos, a partir de dois cenários diversos: o da Alta e o da Baixa Idade Média. Esta última fase, apesar da expansão do comércio e do surgimento de novas atividades econômicas, reforçou a desigualdade social já existente em séculos anteriores. Aquela, iniciada após o declínio do Império Romano (sécs. IV-V), trouxe gradativamente a formação dos laços de servidão, mas possibilitou o desenvolvimento das atividades agrícolas que, por sua vez, se expandiram com a fase do revigoramento comercial e urbano. Por isso, falar sobre os dois cenários do trabalho medieval requer um certo cuidado, pois, mesmo distintos, estão interligados, uma vez que “o excedente agrícola do mundo rural dos senhores foi objeto de comércio” (CALAINHO, 2014, p. 82).

Sobre as formas de trabalho no medievo, Terezinha Oliveira (2012) pontua que:

[...] obras na historiografia consideram o trabalho camponês como a forma própria do trabalho medieval; outras consideram o comércio como atividade central no Ocidente; outras, ainda, entendem que o trabalho do artesão era aquele que melhor caracterizava o trabalho no medievo (OLIVEIRA, T. 2012, p. 111).

À vista dessas colocações, pode-se afirmar que o trabalho camponês era essencial em cada um desses setores, tendo em vista que o campo era a base da economia medieval; dele, diversas famílias, tiravam a sua subsistência e a ele ligava-se outros serviços, assim como as atividades exercidas no comércio urbano. No campo, homens e mulheres atuaram fortemente, desempenhavam atividades como a plantação, a colheita, a fiação e a tecelagem. No que diz respeito às atividades agrícolas e à obtenção de alimentos, Fossier acredita ter prevalecido uma divisão de tarefas baseada na distinção da força corpórea:

É evidente que o vigor muscular, corriqueiramente atribuído aos homens, reservava-lhes certos trabalhos – a semeadura e a colheita, mas não necessariamente a ceifa. As mulheres juntavam as paveias, ajudavam a malhar o trigo, colhiam e cortavam as “ervas”, moíam o grão ou ficavam na fila do moinho (FOSSIER, 2018, p. 152).

Relativo às atividades voltadas ao artesanato, Franco Jr. (2001) afirma que, a partir do século VIII, artesãos assalariados deslocavam-se de domínio em domínio. O crescimento do comércio urbano trouxe, portanto, principalmente a partir do século XI-XII, a articulação da produção artesanal; esta, primordialmente doméstica e rural, passou a organizar-se e expandir-se, estimulada pelo comércio nas cidades, tornando-se, então, mercantil. O trabalho campesino, era, assim, essencial para o funcionamento da economia, já que diversos fatores estavam ligados ao campo (CALAINHO, 2014).

Em suma, quando falamos em Idade Média, estas são as atividades de trabalho que nos vem à mente: inicialmente, o trabalho agrícola, marcado na Baixa Idade Média pelo regime senhorial, isto é, a relação de dependência existente entre os camponeses e os senhores que se caracterizava mediante às prestações ao senhor; ou seja, conforme Calainho (2014), no pagamento pelo uso de parte da terra principalmente por meio de gêneros alimentícios, mas também de gado e, cada vez mais, por meio de taxas cobradas em dinheiro.

Na sequência, o trabalho artesanal – articulado, inicialmente, no campo e, mais tarde, na cidade –, cujo trouxe a ascensão da indústria têxtil no medievo. Por fim, o trabalho dos comerciantes impulsionado pelo crescimento populacional urbano e conseqüentemente pelo desenvolvimento do comércio. Este permitiu o aparecimento de muitas outras profissões, tais quais taberneiros, padeiros, sapateiros etc.

3 CONDIÇÃO SOCIAL DAS MULHERES NO BAIXO MEDIEVO: alguns aspectos

Para entender o trabalho das mulheres no medievo, é necessário conhecer as condições sociais das mulheres nessa temporalidade. As mulheres sofriam, independentemente do grupo social do qual faziam parte, não as mesmas limitações, mas pode-se dizer que, de modo geral, eram inferiorizadas em detrimento dos homens.

Assim como na Antiguidade greco-romana, a Idade Média também foi uma época dominada pelos homens. A condição social das mulheres determinava o seu grau de liberdade. Quando falo em liberdade, quero dizer que em alguns momentos, essas mulheres tinham alguma oportunidade de escolha. Mas que momentos eram esses? E quais eram as circunstâncias? São perguntas que definirão a influência de uma família rica e poderosa para a, mesmo que mínima, autonomia da mulher.

Concernente a isso, sabemos que o casamento tinha grande peso na sociedade medieval. As famílias destinavam as suas filhas ao casamento muito cedo, e isso ascendia não só o status da mulher – que seria vista como honrada e honesta – como também o da família. Segundo Macedo (1999, p. 11), na Alta Idade Média, as mulheres que provinham de uma família tão rica quanto a do marido, “podiam ter uma relação de completa igualdade com o companheiro; tinham liberdade em suas escolhas”.

O modelo ditado pela sociedade medieval era de que, as mulheres, até mesmo as mulheres da nobreza, estavam obstinadas a apenas cuidar do lar e dos filhos. As nobres, entretanto, contavam com a ajuda de serviçais. A

submissão no casamento era tida como algo natural, saíam da tutela de seus pais para ficarem sob a tutela de seus maridos. A sua atuação dentro do lar também era limitada. No entanto, não se pode dizer que todas seguiram apenas por esse caminho, considerando que algumas mulheres também exerceram importantes funções fora do lar, ocupando inclusive funções de alto poder como as rainhas, além de terem sido grandes comerciantes.

De acordo com Macedo (1999), as jovens pertencentes a famílias pobres, que não possuíam dotes para casar, eram submetidas a contratos entre seus pais e dirigentes de famílias ricas, essas jovens passavam a viver e servir na casa dos senhores, acompanhando mulheres casadas e, muitas das vezes, viúvas, em troca de dinheiro para o dote. Todavia, algumas vezes, trabalhavam não só pela garantia – firmada diante das autoridades – do dote, como também do casamento, que era arranjado pelos seus senhores.

Nesse período, a imagem das mulheres foi construída sob perspectivas de repulsa e desprezo. A depreciação feminina estava marcada na literatura dos séculos XIV e XV. Segundo Macedo (1999), Jean de Meung foi um, entre outros poetas que atacaram violentamente as mulheres por meio de seus escritos. A ideia misógina de que o sexo feminino era o “sexo frágil” e de que as mulheres deveriam ser submissas aos homens, sendo eles, “superiores” fazia parte do pensamento de diversos homens intelectuais e religiosos. Não é estranho que essa mesma ideia persista em tempos atuais, tendo em vista nossos legados culturais e históricos.

Alguns religiosos reforçavam essa ideia ao justificarem a “inferioridade feminina” com base no estigma do pecado de Eva. Em contrapartida, havia a figura da Virgem Maria, que traz o inverso da imagem de Eva, representando a mulher virtuosa e pura. A Mãe de Jesus simboliza a redenção, a ressignificação da imagem das mulheres. A virgindade era algo muito estimado nesse período, a honra da mulher dependia da sua castidade:

A agente do milagre, a Virgem, é descrita como a dama por excelência, como uma moça bela, pura, grandiosa: “uma donzela, bela de corpo e de rosto, com adoráveis cabelos louros soltos sobre os ombros” (MACEDO, 1999, p. 46).

Outrossim, o julgamento existente em torno das mulheres que fugiam a essas idealizações, como as barregãs, por exemplo, representa um outro retrato desse período, de maneira que, segundo Silva (2011, p. 360), a responsabilidade pela prática da barregania – união carnal sem casamento formal – era atribuída principalmente às mulheres, por serem consideradas “naturalmente sensuais e perversas”. “A moral cristã condenava o prazer físico” (MACEDO, 1999, p. 20), assim, sendo permitido apenas dentro do casamento.

O olhar jurídico reforçava a representação cristã de que os desvios sexuais eram usualmente causados pelas mulheres. Portanto, era preciso vigiá-las e, se necessário, puni-las para que se conformassem aos modelos da mulher honesta (SILVA, 2011, p. 360).

Os valores clericais influenciavam intensamente a sociedade. O homem ou a mulher que agisse contra esses valores era castigado ou castigada, como se tivesse feito o pior dos crimes. De acordo com Silva (2011), o julgamento tomava maiores proporções ao se tratar de uma barregã de clérigo, nesses casos, a mulher era exilada para um lugar ainda mais longe em relação à cidade onde ocorreu o fato.

Por outro lado, também é importante relatar que a história das mulheres é escrita, geralmente, por homens com base em fontes também masculinas, principalmente na Idade Média, que, embora fosse um período no qual as mulheres liam mais que os homens (TROCH, 2013), somente o que os homens escreviam era valorizado, tendo em vista que o conhecimento das mulheres não tinha prestígio, tampouco era considerado. No campo teológico, também há marcas das limitações as quais as mulheres tinham de lidar na Idade Média, Troch (2013) visualiza que, no caso da mística medieval, sendo uma visão alegórica, predominantemente relacionada às mulheres, funcionava também como estratégia para estas serem ouvidas:

[...] no campo teológico, os homens normalmente eram aqueles que determinavam “a verdade”. Para as mulheres ratificarem e afirmarem a importância de sua voz, precisaram articular seus conteúdos dizendo que a palavra provinha diretamente de Deus (TROCH, 2013, p. 4)

Portanto, cabe a nós refletirmos sobre esse fato, que nos diz tanto, inclusive o porquê de se conhecer limitadas versões da mulher medieval, contada, predominantemente, a partir de homens.

4 O TRABALHO DAS MULHERES NA IDADE MÉDIA

Tornou-se comum pensar nas mulheres da Idade Média como mulheres submissas, oprimidas, que se dedicavam unicamente ao casamento. É certo que a maioria delas foram esposas e mães, porém, outras tiveram a oportunidade de ir além, mesmo com tantas restrições. Por isso, considero importante relatar sobre as diversas atividades que as mulheres desempenhavam fora do lar, fazendo parte de diversos setores da sociedade medieval – conforme o grupo social do qual faziam parte.

Conforme foi brevemente mencionado, o trabalho feminino teve grande importância para a vida econômica das cidades, bem como para o bom funcionamento das atividades do campo, pois, mulheres camponesas atuaram ativamente no campo ao lado de seus maridos. As mulheres também ocuparam cargos de destaque na Idade Média, como chefes de ofícios, donas de estabelecimentos, rainhas, líderes religiosas etc; a capacidade das mulheres, por certo, foi questionada diversas vezes, no entanto, elas mostraram-se capazes de ocupar lugares e “preencher papéis os quais, tradicionalmente, foram atribuídos aos homens na história” (TROCH, 2013, p. 03). É, pois, para algumas das atividades laborais e ofícios, como trabalhos mais especializados, que as mulheres exerceram na Idade Média que volto agora o olhar, sistematizando e fazendo dialogar algumas visões a esse respeito.

4.1 CAMPONESAS, ARTESÃS E COMERCIANTES

O ideal de que as mulheres deveriam trabalhar apenas no lar alcança a todas as mulheres no período medieval, contudo, na prática, as mulheres pobres – tais como as camponesas e as artesãs – são levadas, pela necessidade, a trabalharem obrigatoriamente fora do lar. Não que isso seja uma vantagem, mas eram as mulheres da nobreza que trabalhavam apenas no lar, visto que a sua principal função era cuidar da casa e da família. Conforme Macedo (1999), estas empenhavam-se em supervisionar o trabalho doméstico de suas servas, o abastecimento de alimentos e, na ausência de seus maridos, podiam assumir, temporariamente, o controle de suas propriedades.

Por sua vez, as mulheres em condição servil, as que não faziam parte da nobreza ou do clero, viviam à mercê de seus maridos, mas por trás de sua invisibilidade, contribuía bastante para o sustento da família. As camponesas, servas ou livres, eram responsáveis pelos cuidados domésticos do lar e da família e desenvolviam outras atividades laborais. Essas mulheres foram essenciais, marcando o período medieval com a sua força. No campo,

[...] “Uma camponesa deveria, quando casada, participar, ao lado do esposo, de todas as atividades desempenhadas na tenência, a parte do domínio senhorial onde trabalhava. Quando viúva, trabalhava com os filhos ou sozinha. Os documentos senhoriais registram a participação feminina em inúmeros serviços. Ela plantava ervilhas, feijão pescava, batia o trigo, ordenhava as vacas, tosquiava os carneiros. Apenas deixava de cultivar e lavrar a terra” (MACEDO, 1999, p. 27).

Em complemento, ainda Macedo (1999, p. 28) destaca que em um poema alemão do final do medievo, um ambicioso camponês tenta persuadir a irmã a fugir de casa para não se casar com um também camponês, pois se assim o fizesse, seria muito infeliz: “(...) terás de fiar, de espadelar o linho, de descascar o cânhamo, de lavar a roupa e de arrancar a beterraba”, adverte o poema, descrevendo as árduas atividades que seriam obrigatórias às camponesas. Observa-se que, além das lidas ligadas à agricultura, está a das tarefas domésticas, incluindo a fiação.

Não se sabe muito sobre a fiação e outras atividades artesanais desenvolvidas pelas camponesas, o que se sabe é que grande parte do trabalho artesanal estava reservado às mulheres (MACEDO, 1999). As camponesas quando não estavam cuidando dos afazeres domésticos ou trabalhando na terra, podiam realizar a tarefa de fiação ou tecelagem em seu lar.

As atividades de artesanato, como a fiação e a tecelagem, operavam-se, primeiramente, no ambiente doméstico. Entretanto, foram desenvolvendo-se com as mudanças decorrentes da passagem da Alta Idade Média para Baixa Idade Média, e se organizaram em oficinas artesanais.

Com o surgimento das corporações de ofício¹, “conhecidas na Idade Média apenas por ofícios” (FRANCO JR. 2001, p. 54), acontece a

¹ Franco Jr. (2001) estabelece as “corporações de ofício” como associações profissionais que, economicamente, procuravam garantir o monopólio de determinada atividade.

regulamentação das confecções de tecidos, que como diz Macedo (1999, p. 28), era “uma atividade exclusivamente feminina”. Nas cidades, o trabalho de confeccionar os tecidos acontece de forma organizada e supervisionada por mestres de ofício, que também eram “donos da matéria-prima, das ferramentas e do resultado econômico gerado pela produção”, em contrapartida, no campo, “a indústria têxtil não estava agrupada em corporações e oferecia o produto a preços menores” (FRANCO JR. 2001, p. 60).

Como coloca Sequeira e Melo (2012, p. 09), “a tecelagem era realizada tanto no espaço rural quanto no espaço urbano”. Há registros de que as mulheres trabalhavam ao lado dos homens nas oficinas artesanais (MACEDO, 1999). A tarefa de tecer era dividida entre ambos. As mulheres atuavam em, aproximadamente, todas as etapas da produção têxtil.

Pode-se dizer que a fiação era uma atividade exclusivamente feminina, símbolo de feminilidade, era quase uma obrigação a todas as mulheres, todas deveriam saber fiar, tanto que eram ensinadas desde muito jovem. A fiação era considerada uma atividade simples e que se ajustava a qualquer outra ocupação (SEQUEIRA; MELO, 2012). As mulheres, que desempenhavam tantas outras atividades em sua vida, também deveriam possuir o domínio da fiação:

Fiar e tecer faziam parte das diversas atividades domésticas que as mulheres aprendiam desde muito cedo a desempenhar. Era uma espécie de inerência à condição de “ser mulher”, que está bem patente neste ditado popular: “Mãe, o que é casar? Filha, é fiar, parir e chorar” (SEQUEIRA; MELO, 2012, p. 8).

O fio, além de ser usado para consumo próprio de várias mulheres e suas famílias, era usado também para obtenção de lucros. Todavia, de acordo com Sequeira e Melo (2012), as fiandeiras poucas vezes foram detentoras do seu meio de produção, além de ficarem à disposição de mercadores, sem acesso direto ao mercado, tendo a sua atuação resumida a produção da mercadoria. E, como trabalhadoras assalariadas, não era diferente: trabalhavam em péssimas condições, com excessivas jornadas de trabalho, no entanto, conforme Macedo (1999, p. 26), “a agulha lhes trouxe um pouco de liberdade”, tendo em vista que conseguiam algum lucro ou condição de sustento por meio da sua própria mão-de-obra.

Quanto à importância do trabalho feminino para a vida econômica das cidades, é possível dizer que as comerciantes, como parentes de artesãos e comerciantes urbanos, ajudavam no comércio da família, substituindo ou auxiliando os homens (MACEDO, 1999). Segundo Duprat (2017, p. 115), na Antiguidade, “as mulheres tiveram reduzidas oportunidades para administrar seus próprios negócios”. Embora semelhante, na Idade Média, apesar do controle de seus maridos, há exemplos de mulheres em posições econômicas importantes, “algumas delas conjuntamente ou como representantes de seus esposos, outras como viúvas ou, mais raramente, solteiras” (ALMEIDA, 2017, p. 31). Quando o marido morria, elas herdavam o negócio e passavam a ter total controle sobre ele.

No entanto, o fato de que as mulheres casadas estavam sob o controle de seus maridos não quer dizer que elas não sabiam administrar o negócio de forma independente, além disso, de acordo com Almeida (2017, p. 138) “não o faziam exclusivamente para contribuir com seus maridos, pois há registros de atividades tanto comerciais quanto artesanais exercidas por muitas mulheres viúvas”, envolvidas com grandes transações comerciais. Almeida (2017), pesquisando sobre mulheres e poder na região da Colônia, cita o caso de Margareth von der Burg, que atuava no comércio do seu esposo e, após tornar-se viúva, pôde continuar dirigindo os negócios, do qual obteve lucros e fez grandes investimentos. Além dela, cita Hylgen von Byrken como uma das mais importantes comerciantes de seda do século XV. Macedo (1999) também comenta acerca do grande envolvimento das mulheres com o comércio:

Os registros fiscais da administração inglesa mencionam casos de mulheres envolvidas em transações mais importantes e vultosas que as anteriormente citadas, ligadas sobretudo à exportação de lã. A maior parte dos casos diz respeito a viúvas de grandes negociantes, forçadas, para sobreviver, a continuar o negócio (MACEDO, 1999, p. 38).

Havia muitas mulheres envolvidas com a exportação de lã e grãos, tendo em vista que a indústria têxtil e a alimentar traziam grandes lucros naquela época. A maioria dessas mulheres viviam sozinhas, eram mulheres viúvas, que, com a perda de seus companheiros, viam-se obrigadas a continuar o negócio para sobreviver, e tornaram-se grandes comerciantes, donas de muito dinheiro, tanto que, segundo Almeida (2017, p. 141), “homens de famílias tradicionais,

muitas vezes, aumentavam a sua fortuna através do casamento com viúvas ricas”.

De acordo com Macedo (1999, p. 37) muitas mulheres possuíam lojas, “vendiam bolos, frutas, legumes, especiarias e carne”. Além de comerciantes, desempenharam outras funções na cidade, como padeiras, açougueiras, trabalhavam com o comércio de vinho etc. Eram, de fato, muito comprometidas com o comércio e trouxeram muita contribuição econômica para o desenvolvimento das cidades.

4.2 PROSTITUTAS: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UM OFÍCIO

Bem se sabe que a Idade Média foi um período no qual as mulheres carregavam o rígido peso de ser aquilo que a sociedade determinava: jovens solteiras deveriam ser virgens e se prepararem para o casamento, casadas deveriam ser submissas, e aquelas que se distanciavam desse caminho sofriam discriminações. Uma vez que exerciam o ofício de prostituta, o peso que caía sobre as mulheres aumentava. Primeiramente, por ser mulher já sofria tamanho repúdio e diversas limitações, por conseguinte, levando consigo o termo de “*meretrice*”², esse peso passava a ser uma pena, uma sentença.

As mulheres que eram levadas – em razão das circunstâncias de sua vida – a se prostituírem, eram geralmente as mulheres de uma categoria social baixa, que por não terem ou não conseguirem dotes para arrumar um cônjuge, ficavam sem saída e viam na prostituição uma forma de se manterem. Já as moças privilegiadas economicamente, que não se casavam, tinham a oportunidade, na maior parte das vezes, de ir para conventos.

A prostituição como ofício não foi só um meio de sobrevivência, mas também uma forma de prosperar. A prostituição trazia autonomia para as mulheres, há registros que dizem que as mancebas possuíam muito dinheiro, conseguiam comprar tecidos caros, muitas vezes usados por mulheres nobres,

² “Meretrice” e “putanas” são termos utilizados por Jacques Rossiaud de acordo com documentos de 1500.

usavam joias de valor, além de terem posses e casas próprias (ALVES, 2019). Ou seja, a prostituição como ofício poderia trazer muitos lucros devido à grande procura de homens que desejavam obter prazer sexual.

Essa situação faz compreender que, embora o padrão fosse que a mulher deveria casar-se com o homem e só depois do casamento podia-se praticar o ato sexual, além de que, todo e qualquer ato sexual entre um homem e uma mulher fora do casamento fosse considerado pecado, a prostituição acontecia contrariando tudo aquilo que era proibido e repudiado.

Ademais, a mesma Igreja que impôs esses ditames sociais, foi a mesma que teve de tolerar a prostituição. Acreditava-se que era necessário para que os homens pudessem suprir as suas necessidades sexuais, tendo em vista que, no casamento, o sexo deveria acontecer apenas com o objetivo da fecundação e não para alimentar os desejos da carne, e também se pretendia impedir os crimes sexuais. Por esses fatores, o ofício das prostitutas tornou-se algo necessário (ALVES, 2019).

Entretanto, apesar da tolerância do meretrício, recomendava-se que existissem locais específicos para o exercício do ato sexual, para preservar a honra do homem e afastar as *putanas* do convívio com a sociedade. Como expõe Alves:

Apesar de as mancebas públicas praticarem a sua atividade nas ruas e à vista de todos, as autoridades, no início do século XIV, começam a preocupar-se em confina-las aos bordéis (“mancebias” ou “putarias”), estes significavam a legislação e regulamentação desta profissão, assim como o encerrando das prostitutas num local específico, que garantia a moralidade e a saúde pública (ALVES, 2019, p. 30).

Portanto, como também explica Rossiaud (1991, p. 62), “entre 1350 e 1450, as cidades institucionalizam a prostituição” e, assim, as prostitutas passaram a ser consideradas profissionais pela lei (ALVES, 2019). Havia lugares em que a prostituição era exercida livremente, casarões, bordéis particulares etc, esses lugares eram apropriados para a prática da prostituição, “construídos, mantidos e dirigidos pelas autoridades públicas” (ROSSIAUD, 1991, p. 20). Mais tarde, a prostituição torna-se uma profissão reconhecida.

Não obstante, não quer dizer que o estigma existente em torno das *meretrices* tenha sido descartado, aliás, uma vez que algo ou alguém recebe um

estigma social, ele permanece por muito tempo, como uma marca que a pessoa estigmatizada levará consigo por onde for. Desse modo, a marginalização das prostitutas sempre existiu, apesar da tolerância da sua atuação. A sua fonte de subsistência era também a razão de variadas discriminações, eram consideradas indignas pelo seu ofício e excluídas da sociedade, apesar de, conforme as ideias de Jacques Rossiaud (1991, p. 13), serem elas fruto dessa mesma sociedade, tendo em vista que os aspectos econômicos e culturais contribuíram para a busca de meios marginalizados, além de que são “os grupos sociais que geram as formas de prostituição adaptados às suas necessidades”.

4.3 A INTELLECTUALIDADE E A ESCRITA COMO OFÍCIO DAS MULHERES

Na sociedade medieval, as mulheres não eram incentivadas a estudar, a ler e a escrever, nem os pais recomendavam que elas estudassem, pois como atesta as memórias do nobre Felipe de Novare, para quem o ensinamento dado a mulher deveria ser o da obediência, “não era bom, julgava, que uma mulher soubesse ler e escrever, a não ser que entrassem para a vida religiosa” (MACEDO, 1999, p. 25). Bem diferente do espelho de mulher “bem sucedida” que temos hoje, na Idade Média, uma mulher bem sucedida significava ser muito bem casada. Isso explica porque as mulheres, desde muito jovens, eram preparadas para o casamento.

As mulheres que puderam estudar pertenciam a segmentos sociais mais abastados. Algumas delas obtiveram conhecimentos entrando para a vida religiosa, na qual estudaram outras línguas e muitas tornaram-se intelectuais. No entanto, não é possível dizer que todas as reconhecidas intelectuais do medievo entraram para a vida religiosa, evitando, assim, o casamento. Outras puderam estudar, todavia, tiveram que casar, conforme o padrão da época. Christine de Pizan, encaixa-se perfeitamente como exemplo, pois ao ficar viúva, tornou-se uma grande poetisa, mas isso só foi possível devido a sua oportunidade de estudar graças à sua condição de jovem da corte. “Com o pai ela aprendeu o latim e a filosofia, matérias que não faziam parte da educação de uma mulher na época” (PACHECO, 2016, p. 104). Isto é, o fator determinante o qual levava uma mulher aos estudos era a sua condição social. “O domínio sobre a leitura ou a

escrita foi privilégio de poucas delas, em geral das religiosas ou das damas” (MACEDO, 1999, p. 75).

Embora o grande desprestígio e repúdio em torno das vozes das mulheres, “as escritoras medievais possuíam uma sólida cultura literária, teológica e filosófica” (NOGUEIRA *apud* BROCHADO; DEPLAGNE, 2018, p. 139), ainda que não tenham frequentado a escola.

Pode-se dizer que as mulheres transgrediram o padrão que lhes era imposto, visto que, por meio de seus escritos, criticaram e questionaram de forma intensa a maneira como a qual as mulheres eram tratadas, sendo oprimidas, silenciadas e difamadas por intelectuais homens da época. A hegemonia masculina desse período e, sem dúvidas, a misoginia contribuiu para a disseminação da imagem das mulheres de forma pejorativa ao longo dos séculos. Desse modo, não é de hoje que sofremos preconceitos, assim como a luta das mulheres não é recente.

Para as mulheres escritoras, a única ferramenta de questionamento e mudança era a sua voz, portanto, “as “transgressões femininas” são também uma forma de as mulheres se colocarem no mundo e alçarem suas vozes a partir das suas escritas, mesmo que isto possa lhes custar a vida” (BROCHADO; DEPLAGNE, 2018, p. 148).

Decerto, não podemos falar das grandes mulheres intelectuais da Idade Média sem citar Christine de Pizan. Conforme Brochado e Deplagne (2018, p. 144), ela foi “a primeira mulher escritora a viver do seu ofício, o ofício de escrever”. Christine de Pizan se opôs intensamente ao que era dito sobre as mulheres nas escritas dos homens e os rebateu por meio de suas escritas, consideradas polêmicas no período. Segundo Macedo (1999, p. 84), “foi a primeira vez que uma mulher tomou a palavra para defender as demais”. A sua principal crítica foi aos escritos de Jean de Meung em *Roman de la Rose*, devido ao caráter misógino da obra:

Que não seja considerada loucura, arrogância ou presunção de minha parte, eu, mulher, ousar repreender e me opor a um autor tão sutil, quando ele, apenas homem, ousa difamar e cobrir de infâmia todo um sexo (PIZAN *apud* MACEDO, 1999, p. 84).

Ao perder seu marido e, mais tarde, o seu pai, Pizan viu-se solitária e uma vez que vivia da corte – em função do trabalho de seu marido e da condição de seu pai, que era astrônomo e, como tal, foi convidado a viver na corte de Carlos V – (BROCHADO; DEPLAGNE, 2018), viu-se, também, obrigada a trabalhar para garantir a subsistência de seus filhos, pois, não era integrante da realeza.

Desse modo, já que era estudiosa e “conhecedora do mundo das letras” (MACEDO, 1999, p. 83), Christine de Pizan, rompendo paradigmas da sociedade medieval, busca sua independência, torna-se uma poetisa e encontra prazer em seu ofício. “Seus livros tiveram uma grande aceitação, sendo divulgados não somente em França, mas por toda a Europa Ocidental como apontam as inúmeras traduções feitas das suas obras” (PACHECO, 2016, p. 105).

Sob a perspectiva negativa da imagem criada de Eva, a ideia de que as mulheres possuíam pouca inteligência, que eram instáveis e que deveriam, portanto, serem submissas teve grande propagação na sociedade medieval. Entretanto, a inteligência de mulheres como Trótula de Salerno refuta o discurso misógino disseminado por muitos homens na Idade Média.

Trótula de Salerno foi uma renomada médica do século XI, além de uma grande escritora dedicada à saúde feminina. Brochado e Deplagne (2018, p. 64) dizem que “um conjunto de textos médicos versando sobre os cuidados da saúde da mulher circulou no baixo medievo europeu, sob o nome de Trótula”.

Na escola médica de Salerno, Trótula e outras mulheres puderam estudar, pois, Brochado e Deplagne (2018) explicam que por volta do século IX, o acesso das mulheres aos estudos foi viabilizado, porém, esse acesso ficou restrito às mulheres da nobreza. “Os conhecimentos de Trótula a fez ser a mais aclamada médica da escola” (BROCHADO; DEPLAGNE, 2018, p. 73).

As mulheres da escola de Salerno, assim como Trótula, também, deslegitimam o discurso misógino de que as mulheres tinham pouca inteligência, tendo em vista que foram referenciadas por homens, e se não possuíssem tamanho entendimento, teriam sido ignoradas. Ou seja, podemos, talvez, interpretar que nem os homens acreditavam nessa inferioridade intelectual em relação às mulheres, todavia, espalhar essa ideia favorecia a soberania do sexo masculino.

Essas mulheres, nominadas ou não, terão suas práticas médicas frequentemente referenciadas nas obras de médicos homens que estudaram ou ensinaram em Salerno, entre o século XIII e o XV (BROCHADO; DEPLAGNE, 2018, p. 73).

Um movimento muito forte de mulheres independentes existiu na Idade Média e, portanto, é de tamanha importância citar as beguinhas entre tantas mulheres intelectuais e atuantes existentes na Idade Média, de modo que elas abriram espaço para muitas outras mulheres, inspirando-as com os seus escritos, sua força e autonomia. As beguinhas foram mulheres religiosas independentes e influentes, “que se organizaram em comunidades, em grupos, em movimentos, movidas pela sua fé cristã e pela sua vocação cidadã, numa perspectiva libertária” (CALADO, 2012, n.p). Ou seja, as beguinhas eram mulheres católicas que se dedicavam à religiosidade e à caridade desprendidas de qualquer ordem religiosa. Conforme Brochado e Deplagne (2018, p. 93), as beguinhas “trabalhavam, realizavam suas práticas devocionais e exerciam atividades de cunho intelectual nas chamadas beguinarias”.

As beguinhas possuíam seu próprio patrimônio, o que era bastante incomum numa época na qual as mulheres tiveram muitas limitações, contudo não houve mulheres que não as ultrapassassem, e as beguinhas são prova disso. De acordo com o pensamento de Calado (2012, n.p), “cada comunidade de beguina define o seu próprio estilo de vida, além de cultivarem um especial apreço ao trabalho como um meio de emancipação econômica”.

[...] No caso específico do âmbito econômico, importa tomar em consideração elementos relevantes ligados à sua automanutenção. Trabalhavam em atividades diversas, tendo suas próprias oficinas de tecelagem; cerâmica, copistas (num tempo em que, não havendo imprensa, tinha-se que copiar os livros) (CALADO, 2012, n.p).

Em um período tomado pelo poder clerical, as beguinhas possuíam o seu próprio discurso, este, livre das doutrinas religiosas disseminadas pela soberania da Igreja. “As comunidades beguinhas estabeleceram suas próprias regras, sendo responsáveis por novas formas de espiritualidade” (Oliveira, L. 2018, p. 54). Dessa forma, o fato de as beguinhas não estarem subordinadas ao controle clerical e conquistarem uma sólida independência tanto religiosa quanto econômica causou ameaça à soberania da Igreja Católica, em vista disso, “começaram a ser perseguidas pela instituição eclesiástica, ao ponto de, em

1311, terem sido condenadas como hereges, no Concílio de Viena (1311)” (CALADO, 2012, n.p). Muitas beguinias foram queimadas vivas em razão de seus escritos, o que é o caso de Marguerite Porete, condenada pelo teor libertário de sua obra.

[...] Ela não só não se cala, como continua divulgando o seu livro, enviando-o inclusive para a avaliação de três teólogos que o aprovam com ressalvas. Mediante tal atitude, Porete sofre um segundo processo e é conduzida a Paris onde fica presa, por quase um ano e meio e, diante do seu silêncio, é julgada como herética recidiva, relapsa e impenitente e condenada à morte na fogueira da inquisição, juntamente com o seu livro que também é queimado (BROCHADO; DEPLAGNE, 2018, p. 146).

Ao apresentar essas mulheres, procuro refletir acerca da habilidade e do comprometimento das mulheres com a escrita, além da busca incessante por liberdade durante o medievo. As mulheres conquistaram espaço com muito esforço, passando por cima das limitações que eram impostas pela sociedade. Há inúmeras mulheres no medievo assim como Christine de Pizan, Trótula de Salerno e Marguerite Porete que marcaram essa temporalidade, e, que por meio de seus escritos, deram voz àquilo que era reprimido. “A quantidade de mulheres religiosas e letradas não pode ser desprezada” (MACEDO, 1999, p. 79).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da discussão exposta, é possível compreender que diferente de uma historiografia que resume às mulheres da Idade Média ao ambiente doméstico e à subordinação, a atuação das mulheres nesse período não se limita ao lar, e mesmo neste ou na extensão deste, suas atividades foram diversas e de suma importância para as relações econômico-sociais, além de possuírem um grande peso político.

Relativo às atividades de trabalho ocupadas pelas mulheres, pode-se dizer que foram diversas, e que, valorizadas ou não as suas funções, elas lutaram, através do trabalho, o mais das vezes, árduo, não só por subsistência, como também por autonomia, esta, justamente fruto do trabalho.

Portanto, seja como camponesa, somando diversas ocupações no lar e fora dele, como artesã, trabalhando pela subsistência de sua família em oficinas

de artesanato e, mais ainda, como mulheres independentes, trabalhando nas indústrias artesanais sob condições precárias e salários baixos, conquistando os seus próprios recursos e meios de existência; assim como a comerciante, ocupando um espaço dito masculino, envolvendo-se em negócios lucrativos; seja como prostituta, levada por sua condição de vida a buscar um meio de sobrevivência, mas que encontra não apenas isso, como também independência; ou seja como escritora, usando de seu grande entendimento, resultante de muita leitura para primeiramente alcançar autonomia – algo muito buscado pelas mulheres no medievo – e, posteriormente, espalhar conhecimento, além de expressarem as suas próprias ideias; em cada uma dessas atividades, as mulheres transgrediram o paradigma social predominante na Baixa Idade Média, recorrendo a diversas ocupações.

Quando falo “paradigma social”, estou me referindo a posição fixa da sociedade perante as mulheres. Ideias, fundamentos, preceitos religiosos que de forma dominante decretavam como e onde a mulher deveria estar, ou o que determinava o seu valor. Isto é, casada, cuidando do lar, sendo submissa, porque, segundo as ideias masculinas do medievo, as mulheres deveriam ser submissas por serem naturalmente inferiores aos homens.

Olhando para o presente, percebo o quanto, como mulheres, alcançamos; todavia, não se imagina o quanto as mulheres do medievo alcançaram e o quanto isso custou para algumas delas. No entanto, devemos dizer que, muito antes do que entendemos por “transgressão feminina do século XXI”, inúmeras mulheres romperam padrões, ultrapassaram barreiras e foram muito mais além do que a sociedade determinava em um período tão marcado pela misoginia.

Ao focar aqui as ocupações femininas durante o medievo, desejo ter contribuído para a reflexão acerca da importância do trabalho feminino, o quão significativo o trabalho torna-se historicamente para as mulheres como território de luta não só pela sobrevivência material, mas também das mais diversas conquistas, inclusive da autonomia em uma época de tantas interdições e obstáculos, da qual ainda sentimos tão fortemente a influência na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cybele C. **Mulheres e poder: estratégias para o sucesso das famílias dirigentes de Colônia na Idade Média tardia**. Do Médio Aevo. Madri, Espanha. Vol. 6, n. 11 (2017), pág. 129-1

ALVES, Joana C. M. – **As Mulheres que fazem do seu corpo sua vontade: a prostituição na Idade Média**. In *Omni Tempore: atas dos Encontros da Primavera 2018*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019. p. 33-70.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BROCHADO, Claudia C.; DEPLAGNE, Luciana C. (Org.). **Vozes de mulheres da Idade Média**. João Pessoa: Editora UFPB, 2018. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/464>
Acesso em: 25 maio 2022.

CALADO, Alder J. F. – **O MOVIMENTO DAS BEGUINAS: Interfaces e ressonâncias em experiências sócio-religiosas femininas do presente**. João Pessoa: Revista Consciência, 2012. Disponível em: <https://revistaconsciencia.com/o-movimento-das-beguinas-interfaces-e-ressonancias-em-experiencias-socio-religiosas-femininas-do-presente/> Acesso em: 31 maio 2022.

CALAINHO, Daniela B. **História Medieval do Ocidente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. – (Série História Geral)

DUPRAT, Paulo P. **Trabalho Feminino na Hispânia Romana: Preconceitos e Resgates**. v. 3 n. 3 (2017): Hélade | Primeiro triênio da Nova Série. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/rh.v3i3.10988> Acesso em: 25 maio 2022.

FOSSIER, Robert. **O Trabalho na Idade Média**. 1ª ed. Editora Vozes, 2018.

FRANCO JR., Hilário. **A Idade Média: nascimento do ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

MACEDO, José. R. **A mulher na Idade Média**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, Leandro da M. **Marguerite Porete e as Beguinas A importante participação das mulheres nos movimentos espirituais e políticos da Idade Média**. Programa de Pós-Graduação em História. Brasília: Universidade de Brasília, 2018.

OLIVEIRA, Terezinha. **Considerações Sobre o Trabalho na Idade Média: Intelectuais Medievais e Historiografia**. Revista de História, [S. l.], n. 166, p. 109-128, 2012. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i166p109-128. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/48491> Acesso em: 26 maio.

2022.

PACHECO, Juliana. **Filósofas: a presença das mulheres na filosofia.** [recurso eletrônico]/ Juliana Pacheco (Org.) – Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2016.

ROSSIAUD, Jacques. **A prostituição na Idade Média.** Jacques Rossiaud: Tradução Cláudia Schilling. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SEQUEIRA, Joana; MELO, Arnaldo S. **A mulher na produção têxtil portuguesa tardo-medieval.** Medievalista [on-line], 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/medievalista/780> Acesso em: 25 maio 2022.

SILVA, Edlene O. **Quem chegar por último é mulher do padre: as Cartas de Perdão de concubinas de padres na baixa Idade Média portuguesa.** Cadernos Pagu [online]. 2011, n. 37, pp. 357-386. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332011000200015>. Acesso em: 25 maio 2022.

TROCH, Liev. **Mística feminina na Idade Média historiografia feminista e descolonização das paisagens medievais.** Graphos – Revista da Pós-graduação em Letras, [S.l.], v. 15, n.